

**ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE  
DO TURISMO NACIONAL  
DESTINOS INDUTORES  
DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL**

OURO PRETO

2013



## APRESENTAÇÃO

Com o intuito de auxiliar destinos turísticos, fornecendo informações que contribuam para a análise, a conjugação e o equilíbrio dos diversos fatores que, para além da atratividade, contribuem para a evolução da atividade turística, o Ministério do Turismo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional) e a Fundação Getulio Vargas (FGV) deram início, em 2008, ao Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. Em 2010, o Estudo de Competitividade passou a ser denominado Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

A metodologia que gera índices em 13 dimensões ligadas à atividade turística permite monitorar a eficiência de um destino turístico sob a ótica da competitividade – conceito que impulsiona o destino a superar-se ano após ano, proporcionando ao turista uma experiência cada vez mais positiva.

Este índice tem o intuito de mensurar, de forma objetiva, diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. A partir da identificação e do acompanhamento de indicadores objetivos, e da geração de um diagnóstico da realidade local, torna-se mais viável a definição de ações e de políticas públicas que visem ao desenvolvimento da atividade turística.

O presente relatório apresenta individualmente os valores que o destino obteve nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e reúne as análises sobre os resultados consolidados. Tais resultados foram gerados a partir de respostas coletadas no município pela Fundação Getulio Vargas de maio a agosto de 2013.

Com este documento, o Ministério do Turismo, o Sebrae Nacional e a FGV esperam fornecer aos destinos turísticos indicadores nacionais de eficiência que delineiem um termômetro da realidade da atividade no País. Conhecendo os aspectos passíveis de mensuração, cada destino verá ampliada sua capacidade de gestão dos recursos disponíveis e de intervenção sobre seus pontos fortes e fracos.

Ministério do Turismo

Sebrae Nacional

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
SUMÁRIO.....	3
1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE.....	4
2. RESULTADOS.....	6
2.1. Índice geral.....	6
2.2. Infraestrutura geral.....	9
2.3. Acesso.....	10
2.4. Serviços e equipamentos turísticos.....	12
2.5. Atrativos turísticos.....	14
2.6. Marketing e promoção do destino.....	16
2.7. Políticas públicas.....	18
2.8. Cooperação regional.....	20
2.9. Monitoramento.....	22
2.10. Economia local.....	24
2.11. Capacidade empresarial.....	25
2.12. Aspectos sociais.....	27
2.13. Aspectos ambientais.....	29
2.14. Aspectos culturais.....	30
3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE.....	33

## 1. ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE

A fim de dar continuidade ao trabalho iniciado em 2008, o **Ministério do Turismo (MTur)**, o **Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Nacional)** e a **Fundação Getulio Vargas (FGV)** consolidam, no presente documento, os resultados da edição 2013 do *Índice de Competitividade do Turismo Nacional*.

Para realizar este estudo, pesquisadores da Fundação Getulio Vargas permanecem uma semana em cada destino aplicando um questionário com perguntas que incluem dados primários e secundários em 13 dimensões – Infraestrutura geral, Acesso, Serviços e equipamentos turísticos, Atrativos turísticos, Marketing e promoção do destino, Políticas públicas, Cooperação regional, Monitoramento, Economia local, Capacidade empresarial, Aspectos sociais, Aspectos ambientais e Aspectos culturais.

Todas as perguntas que integram as 13 dimensões do questionário compõem o Índice de Competitividade do destino, ou seja, mensuram ***a capacidade crescente de um destino de gerar negócios nas atividades relacionadas com o setor de turismo, de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.***

Com base nas informações coletadas, foram atribuídos pontos às perguntas e pesos às variáveis, gerando índices para cada dimensão. Utilizou-se, por sua vez, um conjunto de pesos na ponderação das dimensões, que resultou em um índice global de competitividade do destino.

Para fins de análise, os índices de competitividade foram divididos em cinco níveis com escala de 0 a 100<sup>1</sup>:

**Nível 1:** intervalo entre 0 e 20;

**Nível 2:** intervalo entre 21 e 40;

**Nível 3:** intervalo entre 41 e 60;

**Nível 4:** intervalo entre 61 e 80;

---

<sup>1</sup> Para o posicionamento em níveis, segundo a escala proposta, utilizou-se o critério de arredondamento das pontuações. Por exemplo: abaixo de 20,4, a pontuação posicionou-se no nível 1 (entre 0 e 20); acima de 20,5, classificou-se no nível 2 (entre 21 e 40), e assim por diante.

**Nível 5:** destinos com índices entre 81 e 100.

Serão apresentados, portanto, os resultados consolidados do destino em 2013: o índice geral de competitividade do destino e o indicador em cada uma das 13 dimensões avaliadas. O documento apresenta ainda a média Brasil (média dos indicadores obtidos pelos 65 destinos) e a média das cidades não capitais. Estes dados poderão ser comparados aos resultados obtidos nos anos anteriores, o que permitirá observar a evolução dos índices, graças à série histórica que vem sendo construída.

Para que o município avaliado possa comparar os resultados das cinco edições da pesquisa, é importante observar os critérios estatísticos nos quais esse levantamento se baseia. Considerou-se que o índice se manteve estável em casos de aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere um índice como evolução ou regressão, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos, no total geral ou em qualquer uma das 13 dimensões.

Uma vez conhecidos os índices nacionais de competitividade (média Brasil e média das não capitais), recomenda-se que cada destino analise seus resultados de forma crítica, ponderando questões ligadas às suas características geográficas, econômicas e ao posicionamento, a fim de entender que os resultados de determinada dimensão serão influenciados por esses fatores. Dessa forma, não se espera que alguns destinos alcancem, necessariamente, o índice mais alto em todas as dimensões. Isso é especialmente aplicado a alguns destinos não capitais ou que estejam direcionados a nichos específicos de mercado.

Uma leitura criteriosa e consciente dos índices obtidos poderá fornecer referências para um planejamento que favoreça os pontos fortes e minimize os impactos de aspectos inibidores do desenvolvimento do destino turístico.

O principal objetivo deste relatório é permitir que os destinos estudados utilizem essas informações para planejar e tirar partido de vantagens competitivas, norteando a elaboração de políticas públicas que eliminem, gradativamente, os entraves ao desenvolvimento sustentável da atividade turística.

## 2. RESULTADOS

A pesquisa em Ouro Preto foi realizada entre os dias 01 e 05 de abril de 2013, período em que foram entrevistados diversos representantes dos setores público e privado, associações de classe, entre outros, para coletar os dados que compõem o índice de competitividade do destino.

Aplicou-se, também, o método de observação *in loco* para a avaliação dos destinos. Em complemento aos dados coletados em campo, a pesquisa utilizou diversas informações disponíveis em fontes oficiais.

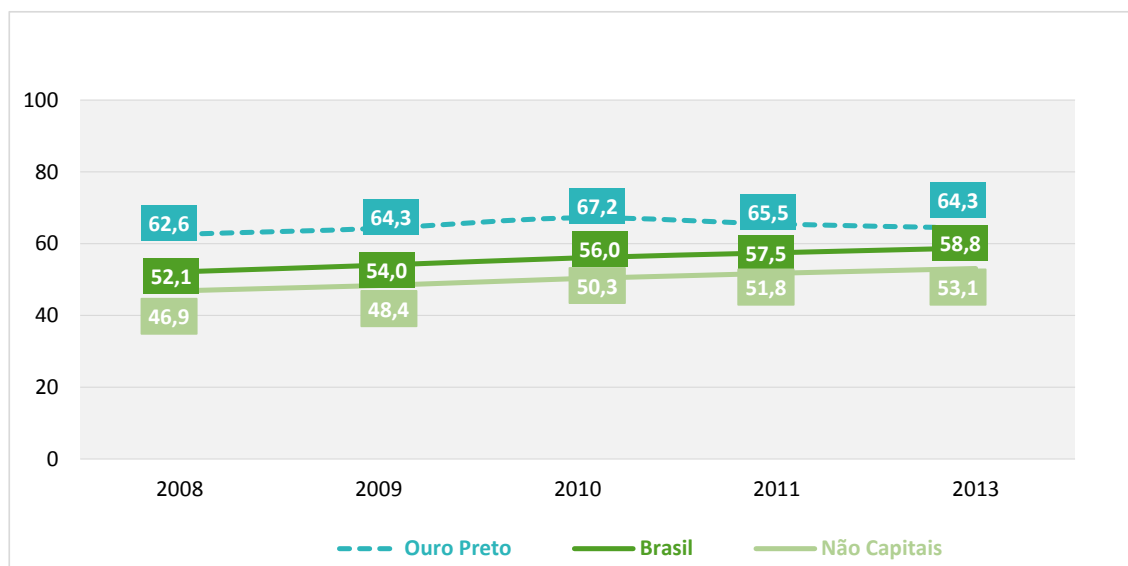
Além dos índices alcançados pelo destino em cada dimensão, serão destacados, a seguir, os principais fatores que contribuíram para tais resultados.

### 2.1. Índice geral

O índice geral de competitividade do destino turístico indutor refere-se à soma ponderada das 13 dimensões avaliadas.

O índice geral do destino em 2013 foi de 64,3 (nível 4). Esse resultado, apresentado no gráfico a seguir, ficou abaixo do índice obtido em 2011 (65,5):

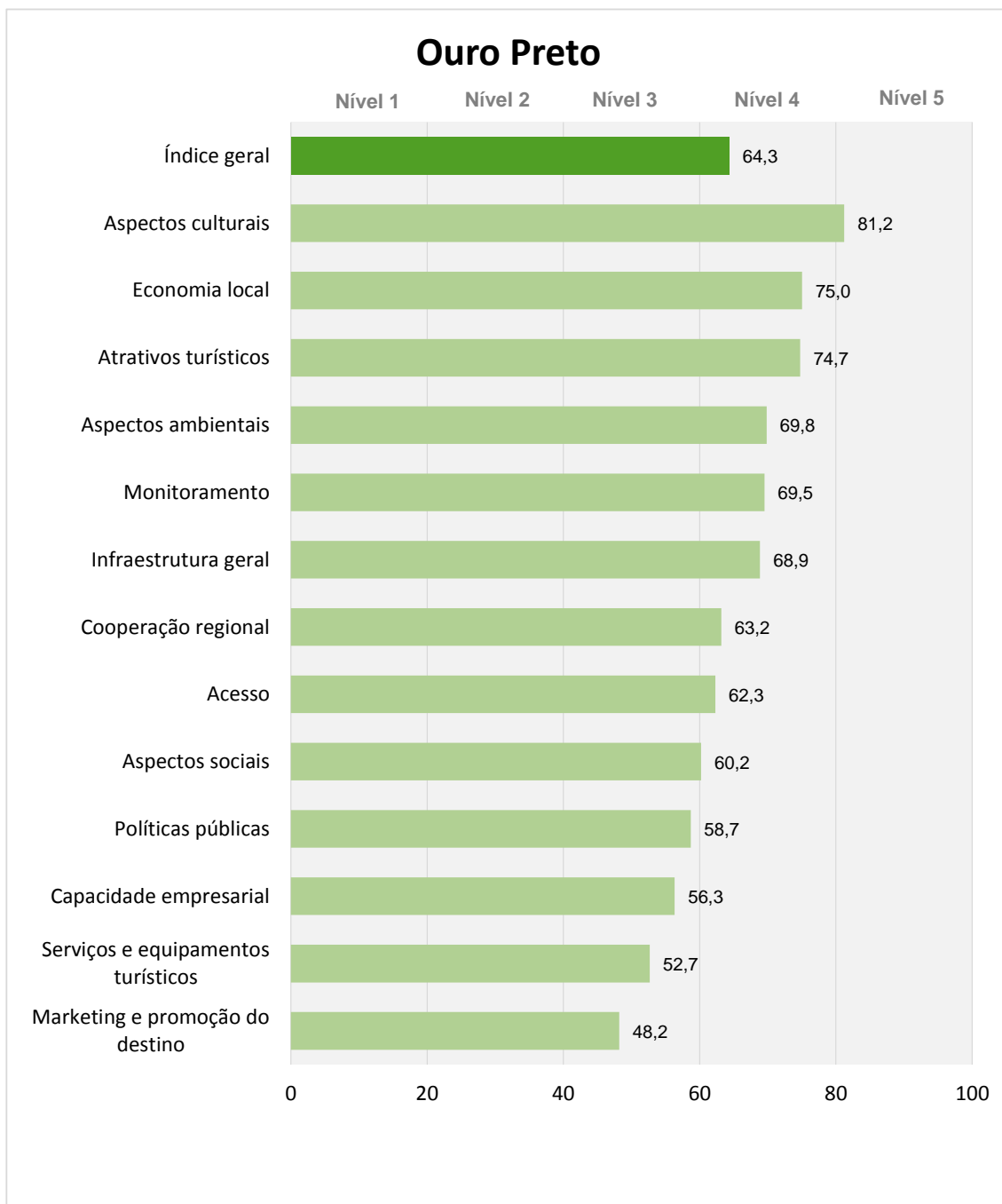
**Gráfico 1. Índices gerais de competitividade – destino x Brasil: 2008-2013**



Observa-se no Gráfico 1 o comportamento dos indicadores do destino ao longo das cinco edições da pesquisa. Em 2013, o índice decresceu em relação a 2011, porém manteve-se no mesmo nível de competitividade..

O Gráfico 1 apresenta a média Brasil e média das não capitais, demonstrando que o índice do destino não seguiu a tendência nacional de evolução gradual. Considerando os resultados obtidos por todos os 65 destinos avaliados em 2013, a média Brasil, índice referencial da competitividade nacional, foi de 58,8. A média dos índices das não capitais foi de 53,1.

Os resultados apresentados a seguir apontam que, das 13 dimensões avaliadas, as que obtiveram melhores desempenhos, com índices acima do nível 4 (61 a 80), foram Aspectos culturais, Economia local, Atrativos turísticos, Aspectos ambientais, Monitoramento, Infraestrutura geral, Cooperação regional e Acesso, conforme o gráfico a seguir. Por sua vez, as dimensões com os menores níveis de competitividade são Serviços e equipamentos turísticos e Marketing e promoção do destino.

**Gráfico 2. Índices por dimensão em ordem decrescente de desempenho**

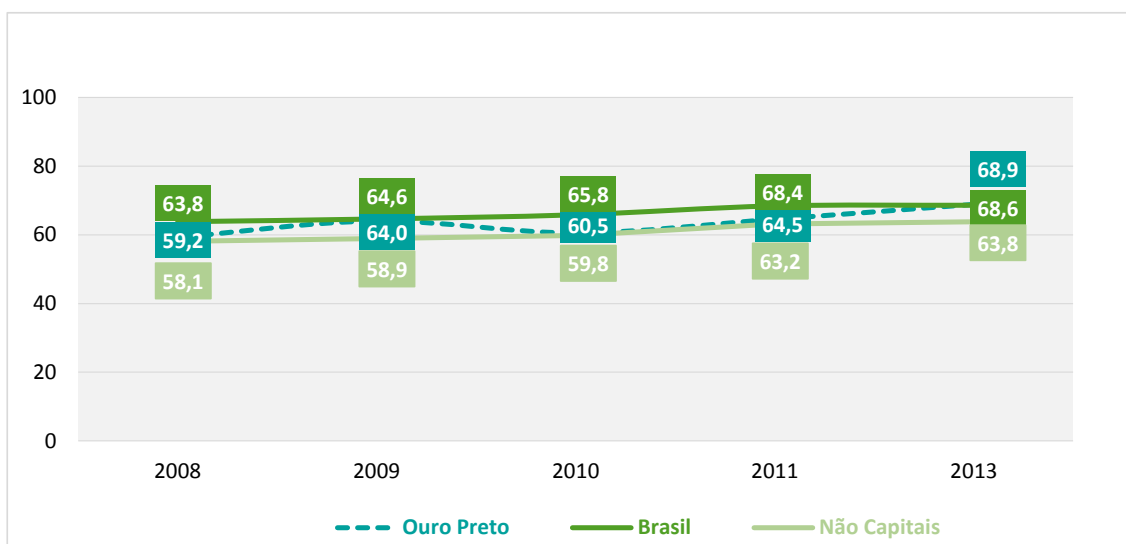


## 2.2. Infraestrutura geral

O *Índice de Competitividade do Turismo Nacional* considerou as seguintes variáveis referentes à *Infraestrutura geral*: (i) capacidade de atendimento médico para o turista no destino; (ii) fornecimento de energia; (iii) serviço de proteção ao turista; e (iv) estrutura urbana nas áreas turísticas.

Em *Infraestrutura geral*, a média Brasil em 2013 foi de 68,6. Ouro Preto registrou 68,9 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 3. Índices Infraestrutura geral – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 63,8 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por fatores, tais como:

- Disponibilidade, no destino, de serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas com atendimento em diversos níveis, como: primeiros socorros, setor de transfusão, laboratório de análises, estrutura para cirurgias de emergência, entre outros;
- Fornecimento ininterrupto de energia elétrica no período de alta temporada;
- Existência de um programa de proteção ao turista na Polícia Civil;
- Presença de Corpo de Bombeiros com grupo de busca e salvamento;

- Existência de Defesa Civil no destino;
- Identificação de elementos de drenagem nas áreas turísticas;
- Atuação da Guarda Municipal na vigilância patrimonial e prevenção a incêndios;
- Presença de órgão responsável pela conservação urbana; e
- Disponibilidade de lixeiras nas áreas turísticas e entorno.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Ausência de grupamento especializado no atendimento ao turista na Polícia Militar;
- Carência de placas com nome e numeração das ruas centrais da cidade;
- Carência banheiros públicos e telefones públicos nas áreas turísticas e entorno; e
- Conservação no entorno das áreas turísticas não é evidente (início de favelização em alguns locais).

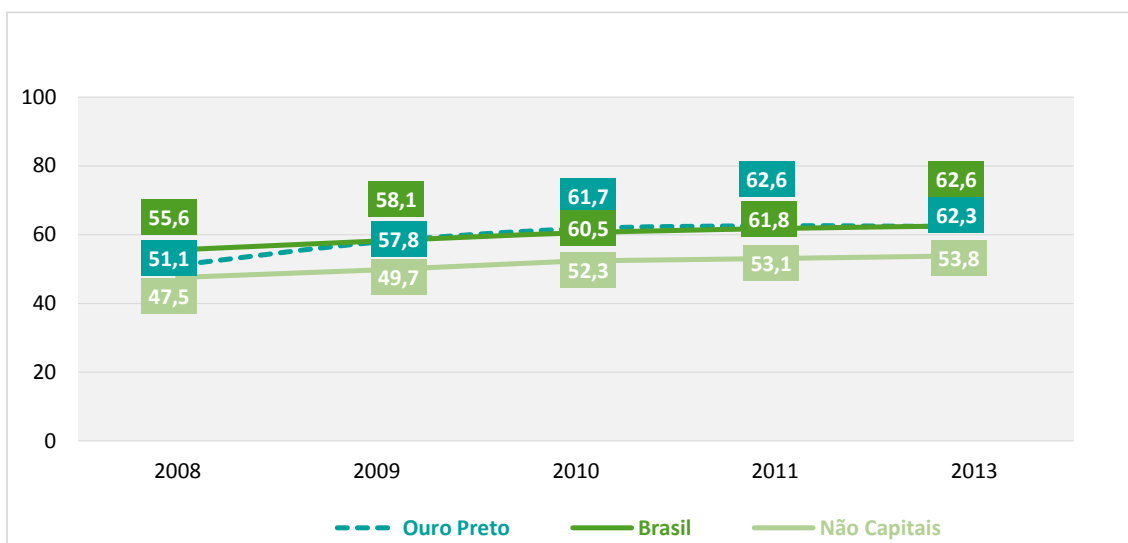
Além desses fatores, foram considerados na composição do índice, indicadores de saúde como a expectativa de vida da população, o número de estabelecimentos com atendimento de urgência, o número de postos ambulatoriais de atendimento, o número de profissionais de saúde e o número de leitos.

### 2.3. Acesso

Nesta dimensão foram consideradas as seguintes variáveis: (i) acesso aéreo; (ii) acesso rodoviário; (iii) acesso aquaviário; (iv) acesso ferroviário; (v) sistema de transporte no destino; e (vi) proximidade de grandes centros emissores de turistas.

Em Acesso, a média Brasil em 2013 foi de 62,6. O destino registrou 62,3 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 4. Índices Acesso – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 53,8 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Entre os fatores que contribuíram favoravelmente para o índice de competitividade do destino nesta dimensão, constam:

- O principal aeroporto que atende ao município fora de seu território - Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Confins, conta com ampla rede de serviços, entre eles: centro de atendimento ao turista, locadora de veículos, serviços bancários, lojas e restaurantes, serviços de câmbio, entre outros;
- Opções de transporte público ou concessões para atender àqueles que desembarcam em Confins – ônibus convencional, ônibus executivo, taxi convencional e taxi especial, conforme visita técnica ao aeroporto em abril de 2013;
- Terminal rodoviário que atende ao destino conta com alguns serviços: bares e restaurantes, lojas e serviços bancários;
- Oferta de transportes para o deslocamento dos que embarcam e desembarcam na rodoviária – ônibus convencional, taxi-lotação e taxi-comum; e
- Linhas de transporte urbano que atendem às principais atrações turísticas;
- Serviços de táxi regularizado.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

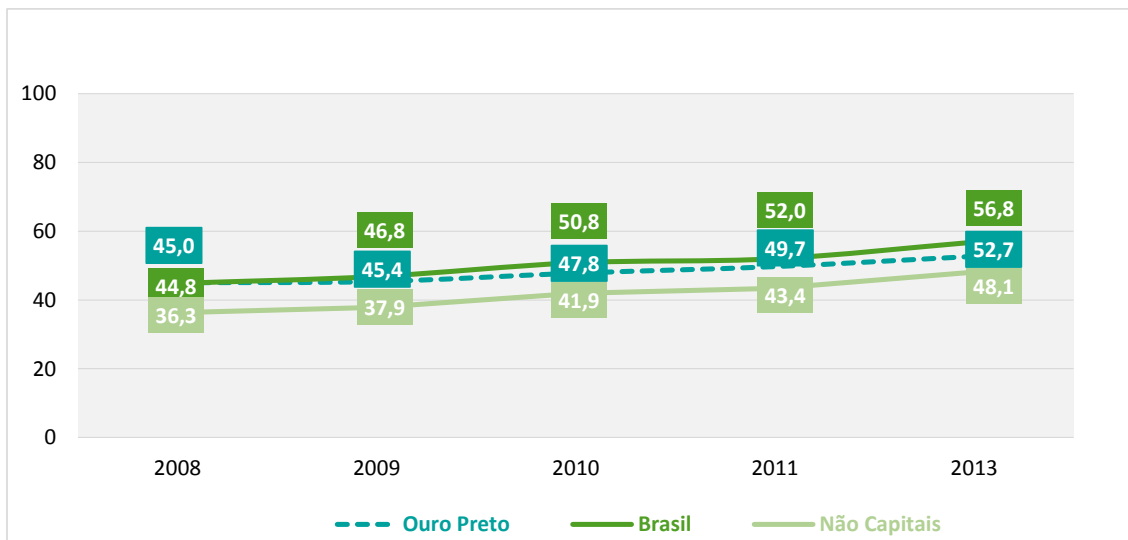
- Ausência de aeroporto dentro do território municipal ou em município limítrofe;
- Distância entre o aeroporto que atende ao município – Confins - e o centro do destino – acima de 100 km;
- Carência de ligações rodoviárias diretas entre o aeroporto de Confins e o centro de Ouro Preto;
- Carência de serviços adequados no terminal rodoviário, tais como: centro de atendimento ao turista, acessibilidade para deficientes físicos e portadores de mobilidade reduzida, banheiros, entre outros;
- Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino;
- Existência de congestionamentos nas áreas turísticas centrais;
- Carência de vagas para estacionamento nas áreas turísticas; e
- Falta de padronização no serviço de taxi - ausência de tabela visível com o preço das corridas e veículos sem cores padronizadas.

#### **2.4. Serviços e equipamentos turísticos**

A dimensão *Serviços e equipamentos turísticos* contemplou as seguintes variáveis: (i) sinalização turística; (ii) Centro de Atendimento ao Turista - CAT; (iii) espaços para eventos; (iv) capacidade dos meios de hospedagem; (v) capacidade do turismo receptivo; (vi) estrutura de qualificação para o turismo; e (vii) capacidade dos restaurantes.

Em *Serviços e equipamentos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 56,8. O destino registrou 52,7 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 5. Índices Serviços e equipamentos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 48,1 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva pela verificação de fatores, entre os quais:

- Existência de Centros de Atendimento ao Turista no destino e que oferecem diversos serviços, como: contato de operadoras e guias, display com mapas e folders, profissionais que prestam informações sobre a cidade e destinos do entorno, inclusive em idiomas estrangeiros, entre outros;
- Centro de convenções no destino – o equipamento considerado foi Parque Metalúrgico da Universidade Federal de Ouro Preto;
- Localização do centro de convenções próxima às áreas turísticas e estrutura física disponível que conta com salas multiuso, auditórios, pavilhão de feiras, amplo estacionamento, entre outros;
- Oferta de outros espaços para a realização de eventos e convenções – parque de exposições e salas em hotéis para eventos de pequeno e médio porte;
- Presença de empresas de receptivo que oferecem diversos serviços aos turistas, inclusive com atendimento em idioma estrangeiro;
- Disponibilidade de guias de turismo registrados pelas normas do **MTur**;
- Existência de organização representativa de guias; e

- Presença de instituições de qualificação profissional que oferecem cursos livres, técnicos, de graduação e capacitação nas áreas relacionadas ao turismo no município, como em hotelaria e bares e restaurantes.

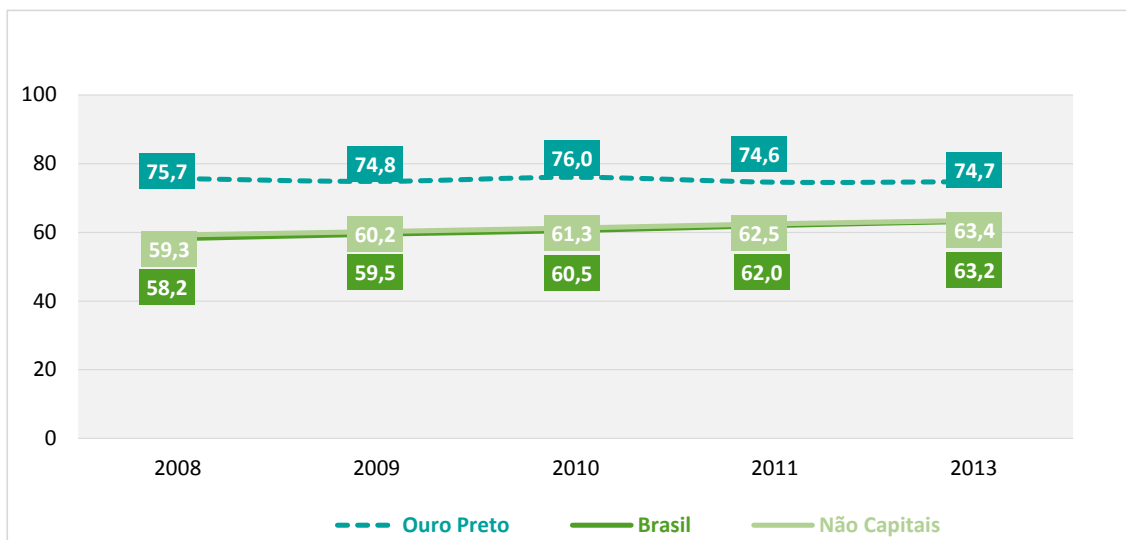
Entre os fatores limitantes à evolução do indicador, constam os seguintes:

- Carência de sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados, inclusive em idioma estrangeiro;
- Inexistência de sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos;
- Estrutura limitada e oferta escassa de serviços em alguns CATs que não disponibilizam atendimento em idioma estrangeiros, tampouco material informativo sobre o destino;
- Falta de adesão do empresariado às políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental em estabelecimentos de hospedagem;
- Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem; e
- Carência de empresas de receptivo que ofereçam serviços diferenciados aos turistas (Ex.: tour de experiência).

## 2.5. Atrativos turísticos

Na dimensão *Atrativos turísticos*, o *Estudo de Competitividade* analisou as seguintes variáveis: (i) atrativos naturais; (ii) atrativos culturais; (iii) eventos programados; e (iv) realizações técnicas, científicas ou artísticas.

Em *Atrativos turísticos*, a média Brasil em 2013 foi de 63,2. O destino registrou 74,7 nessa dimensão em 2013 (nível 4), um índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 6. Índices Atrativos turísticos – destino x Brasil: 2008-2013**

A média das não capitais avaliadas foi de 63,4 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva por diversos fatores, entre os quais:

- Existência de atrativos naturais para os quais há fluxo turístico, tais como: Parque Estadual do Itacolomi, Parque Municipal Cachoeira das Andorinhas e Horto dos Contos;
- Manutenção da estrutura física e evidência de conservação ambiental do entorno do principal atrativo natural indicado – Parque Estadual do Itacolomi –, conforme observado em visita técnica;
- Presença de atrativos culturais com fluxo turístico, dos quais foram indicados como principais: Centro Histórico de Ouro Preto, Museu da Inconfidência e Igreja São Francisco de Assis;
- Evidência de conservação urbanística do principal atrativo cultural indicado;
- Existência de eventos programados que atraem turistas, entre os quais: Carnaval, Semana Santa e Festival de Inverno;
- O local onde acontece o principal evento programado indicado – Carnaval – conta com estrutura física regular e conservação urbanística e ambiental; e
- Existência de atrativos de realizações técnicas e científicas que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico, independentemente de uma data especial no calendário de eventos, com

destaque para o Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas / Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, principal atrativo indicado nesta categoria.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Inexistência de controle de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural – Parque Estadual do Itacolomi, a fim de minimizar o impacto da atividade turística sobre os recursos;
- Carência de sinalização e de recursos que viabilizem o acesso ou circulação de pessoas com deficiência no Parque;
- Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado – Centro Histórico de Ouro Preto;
- Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo cultural;
- Estado da estrutura física disponível no local em que acontece o principal evento programado indicado – Carnaval – falta de banheiros públicos, ausência de sinalização, falta de estudo de capacidade de carga ou suporte, entre outros;
- Ausência de recursos que confirmem acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado; e
- Não adoção de quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência no principal atrativo técnico e científico, o Museu de Ciência e Técnica da UFOP.

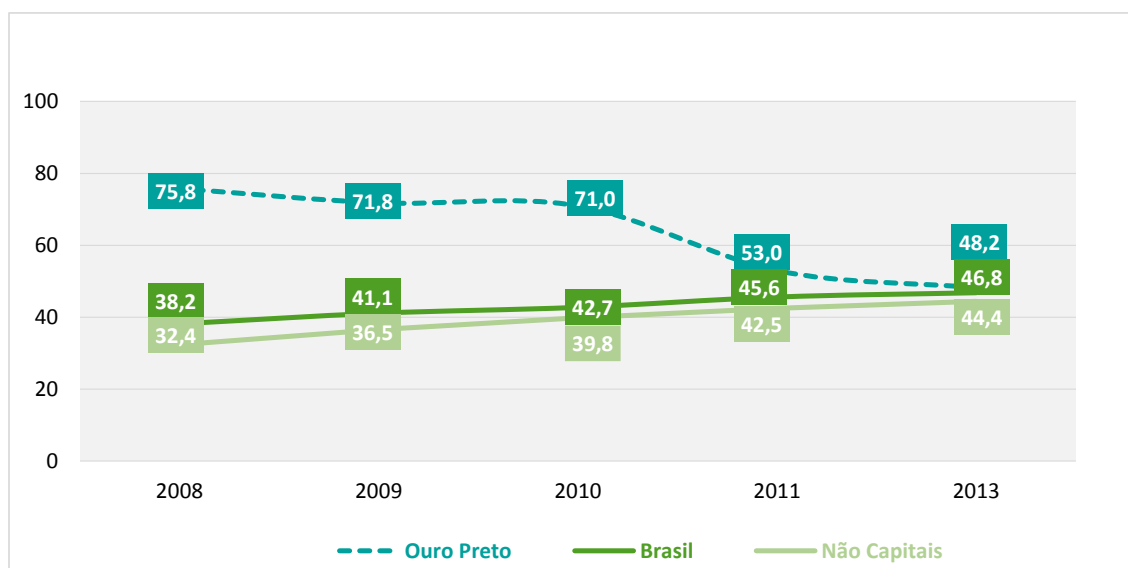
## 2.6. Marketing e promoção do destino

Na dimensão *Marketing e promoção do destino* foram consideradas as seguintes variáveis: (i) plano de marketing; (ii) participação em feiras e eventos; (iii) promoção do destino; e (iv) página do destino na internet (*website*).

Em *Marketing e promoção do destino*, a média Brasil em 2013 foi de 46,8. O destino registrou 48,2 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 7. Índices Marketing e promoção do destino – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 44,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador na dimensão *Marketing e promoção do destino* foi influenciado de forma positiva por fatores, entre os quais:

- Participação contínua em feiras e eventos de outros setores (não voltados especificamente ao setor de turismo), de forma a ampliar a promoção do destino para públicos específicos no mercado nacional;
- Avaliação dos resultados dos eventos dos quais o destino participa, por meio de contagem de visitantes nos estandes e apuração dos negócios efetivados.
- O destino turístico produziu, nos últimos anos, evento próprio para se promover fora de seu território;
- Existência de material promocional institucional disponível em idioma estrangeiro;
- O material promocional do destino passa por revisão ortográfica profissional;
- Agenda de eventos disponível para consulta gratuita e online;
- Existência de assessoria de imprensa para atender a mídia; e
- Existência de página promocional de turismo do destino atualizada, acessível pelo endereço [www.ouopreto.mg.gov.br/portaldoturismo](http://www.ouopreto.mg.gov.br/portaldoturismo), também em idioma

estrangeiro e que sinaliza ao visitante a preocupação do destino em preservar o meio ambiente.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

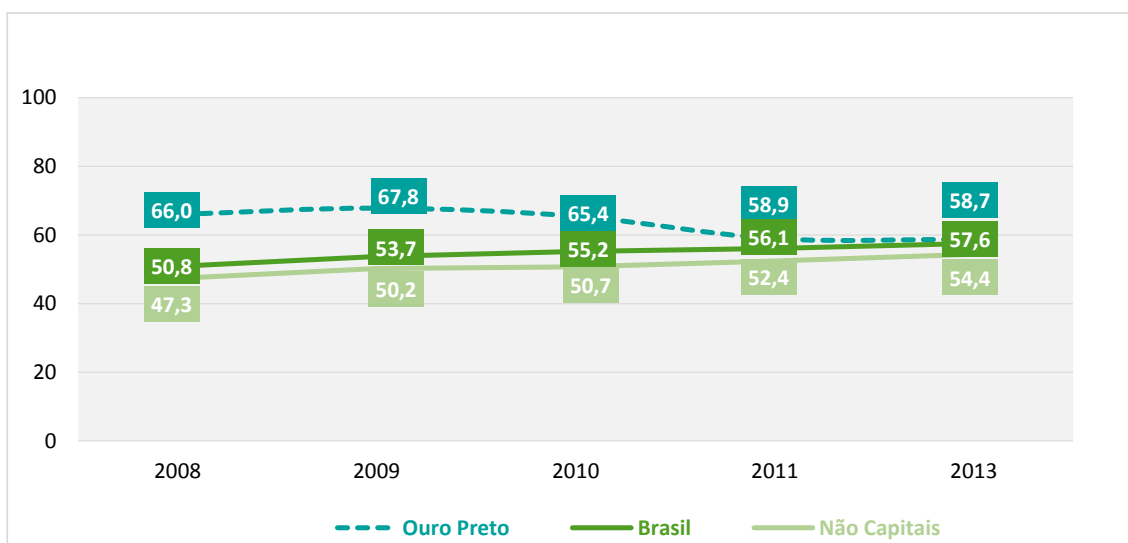
- Inexistência de plano de marketing formal para o destino, o qual poderia ser elaborado com a colaboração de diversos atores, contendo metas e seus indicadores de desempenho, atribuição de responsabilidades, e fundamentado em pesquisa sobre a demanda turística, contemplando a relação com agências e operadoras;
- Não existe plano similar de *marketing* regional, que estabeleça ações e metas de mercado para o turismo no destino;
- Ausência de política de participação efetiva em feiras e eventos do setor de turismo, de forma contínua e institucionalizada;
- O material promocional do destino não alerta o visitante sobre ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes, tampouco sobre a importância de preservar o meio ambiente;
- Inexistência de material promocional institucional que apresente a estrutura disponível para eventos no destino; e
- Ausência de informações que deixem claro aos potenciais turistas a preocupação do destino em prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

## 2.7. Políticas públicas

Para avaliar a dimensão *Políticas públicas* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura municipal para apoio ao turismo; (ii) grau de cooperação com o governo estadual; (iii) grau de cooperação com o governo federal; (iv) planejamento para a cidade e para a atividade turística; e (v) grau de cooperação público-privada.

Em *Políticas públicas*, a média Brasil em 2013 foi de 57,6. O destino registrou 58,7 nessa dimensão em 2013 (nível 3), um índice estável em relação obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 8. Índices Políticas públicas – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 54,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Contribuíram de maneira positiva para a composição do indicador de competitividade nesta dimensão fatores como:

- Existência de um órgão municipal – Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio – com atribuição de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo - ainda que não exclusivo do turismo;
- A Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio desenvolveu, no ano anterior, projetos em conjunto com outras secretarias em atividades relacionadas ao turismo, entre eles, a realização de eventos e projetos educacionais em parceria com a Secretaria de Obras, Saúde e Ação Social;
- Recebimento de recursos provenientes de emendas parlamentares no ano anterior;
- Presença de instância de governança local ativa – em formato de Conselho Municipal de Turismo - dedicada ao acompanhamento da atividade turística;
- Recebimento de investimentos diretos do governo estadual em projetos que visavam ao desenvolvimento do turismo;
- O fato de o destino atuar em cooperação com o Ministério do Turismo em programas ou convênios;

- Existência de Plano Diretor Municipal, atualizado em 2010, que contempla o setor de turismo;
- Execução de ações e projetos em parceria com a iniciativa privada ou com entidades de classe representativas do setor ao longo do ano anterior.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

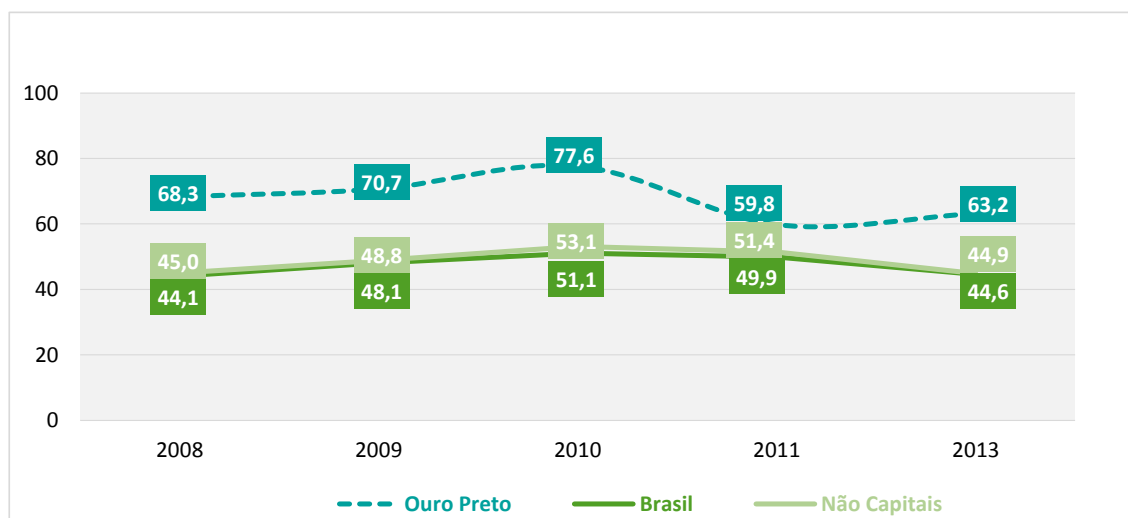
- O órgão gestor de turismo não é exclusivo da pasta turismo - Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio;
- O órgão gestor de turismo não dispõe de fonte de recurso próprio extraorçamentário para coordenar e incentivar o desenvolvimento do setor;
- O destino não registrou, no ano anterior, investimentos diretos do governo federal em projetos ligados ao turismo;
- O órgão municipal de turismo não é representado no fórum ou conselho estadual do turismo; e
- Não acompanhamento da execução do Plano Municipal de Turismo que foi elaborado pelo destino em parceria com o Circuito do Ouro.

## 2.8. Cooperação regional

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes à *Cooperação regional*: (i) governança; (ii) projetos de cooperação regional; (iii) planejamento turístico regional; (iv) roteirização; e (v) promoção e apoio à comercialização de forma integrada.

Em *Cooperação regional*, a média Brasil em 2013 foi de 44,6. O destino registrou 63,2 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 9. Índices Cooperação regional – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 44,9 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Cooperação regional*, alguns dos fatores que exerceram impacto positivo sobre o índice foram:

- O destino faz parte de uma instância de governança regional ativa – Associação do Circuito do Ouro –, que conta com a participação ativa de diversos atores do segmento turístico da região, e que está formalmente constituída seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo;
- A instância de governança regional dispõe de um gestor executivo com dedicação exclusiva à coordenação e realiza parcerias com os setores públicos e privados dos municípios que representa;
- A instância de governança regional mantém reuniões mensais, conta com recurso próprio e dispõe de suporte – oferecido pelos municípios integrantes – para a condução de suas atividades;
- Foram realizadas reuniões de sensibilização para mobilizar atores do segmento turístico do destino para a importância da cooperação regional, no ano anterior;
- Existência de projetos de cooperação regional compartilhados entre o município avaliado e outros destinos da região do Circuito do Ouro, entre eles, o projeto de pesquisa – Facile Plan;

- O destino integra roteiros regionais comercializados por operadores e/ou agências;
- No ano anterior, o destino participou de eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais e da região turística dos quais faz parte;
- Existência de página institucional da região turística na *internet* – acessível no endereço [www.circuitodoouro.tur.br](http://www.circuitodoouro.tur.br); e
- O destino coproduz material promocional da região turística e dos roteiros da qual faz parte.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador nesta dimensão, estão:

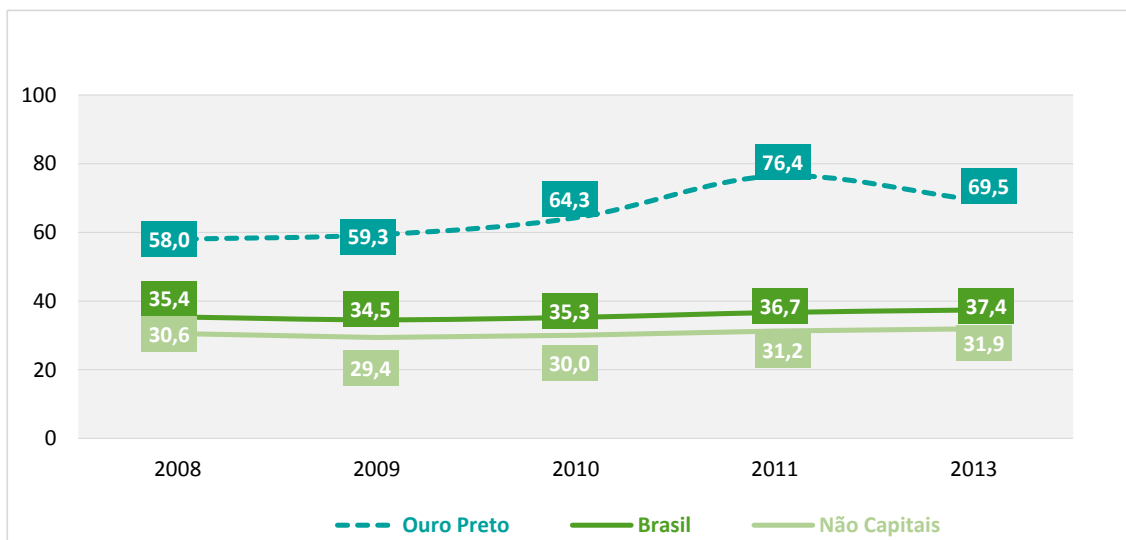
- Ausência de plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística, que determine responsabilidades e metas de mercado, cujas ações e projetos contemplem o município avaliado;
- Os roteiros regionais dos quais o destino faz parte não foram elaborados com base em informações de um inventário da oferta turística, não foram estruturados com a participação plena dos atores do *trade* turístico e neles não foram previstos o monitoramento de aspectos relacionados à sustentabilidade à época de sua elaboração; e
- Não houve ações promocionais voltadas para as operadoras e os agentes de turismo receptivo focadas na região durante eventos específicos, no ano anterior.

## 2.9. Monitoramento

Na dimensão *Monitoramento* foram considerados os seguintes quesitos: (i) pesquisa de demanda; (ii) pesquisa de oferta; (iii) sistema de estatísticas do turismo; (iv) medição dos impactos da atividade turística; e (v) setor específico de estudos e pesquisas.

Em *Monitoramento*, a média Brasil em 2013 foi de 37,4. O destino registrou 69,5 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 10. Índices Monitoramento – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 31,9 (nível 2), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Na dimensão *Monitoramento*, o indicador foi influenciado de forma positiva por:

- Existência de pesquisa de demanda periódica, realizada durante alguns eventos – Semana Santa e Carnaval, que gera dados relevantes para o turismo no destino;
- Existência de pesquisa de oferta atualizada ( 2013) – inventário;
- Divulgação dos dados coletados nas pesquisas de demanda e de oferta em documentos institucionais, pela imprensa local e por meio de relatórios gerenciais;
- Disponibilidade de um conjunto de estatísticas turísticas; e
- Existência de setor específico de estudos no âmbito da administração pública local, que coordena e que realiza pesquisas em turismo.

Entre os fatores limitantes à evolução do indicador estão:

- Aproveitamento insipiente dos dados coletados na pesquisa de demanda e pesquisa de oferta no planejamento e na formatação de políticas públicas;
- Ausência de relatórios de conjuntura turística;

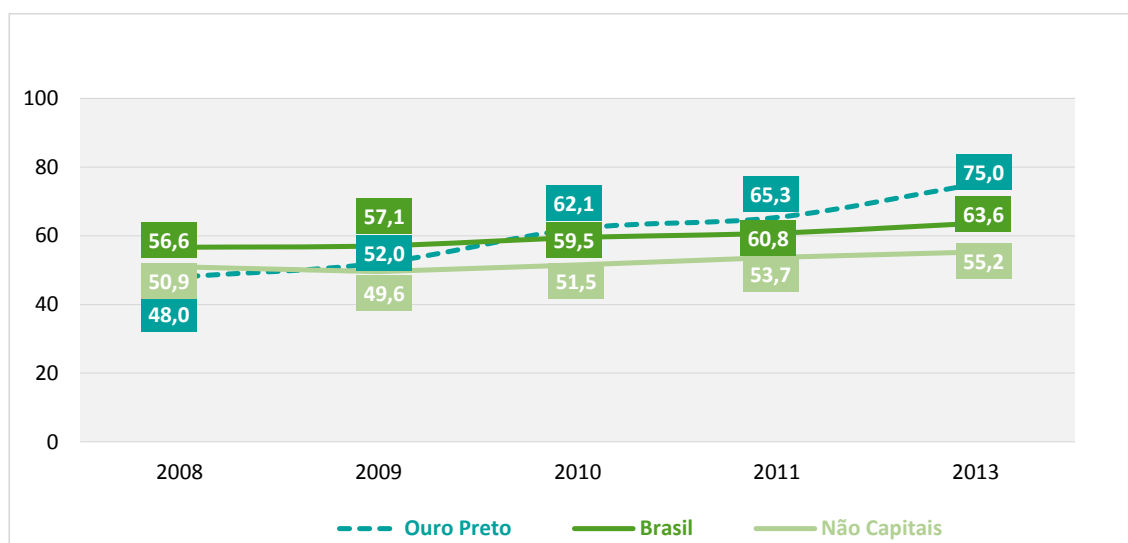
- Não acompanhamento sistemático dos objetivos da política em turismo em nível estadual e federal; e
- Não monitoramento dos impactos econômicos, sociais e ambientais gerados pelo turismo.

## 2.10. Economia local

Para avaliar a dimensão *Economia local* foram considerados os seguintes aspectos: (i) aspectos da economia local; (ii) infraestrutura de comunicação; (iii) infraestrutura e facilidades para negócios; e (iv) empreendimentos ou eventos alavancadores.

Em *Economia local*, a média Brasil em 2013 foi de 63,6. O destino registrou 75,0 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice acima do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 11. Índices Economia local – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 55,2 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Nesta dimensão, dados econômicos de fontes secundárias também foram observados, como o PIB, PIB *per capita* e volume de operações de crédito.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por fatores como:



- Acesso gratuito à internet em locais públicos;
- Presença de caixas eletrônicos de autoatendimento para saques com cartões de crédito internacionais;
- Existência de casas de câmbio para turistas estrangeiros;
- Oferta de benefícios financeiros locais ou regionais (linhas especiais de financiamento) para empreendimentos e serviços ligados ao setor por meio do – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG;
- Atuação de um *Convention & Visitors Bureau*, ainda que não exclusivo do destino – Circuito do Ouro *Convention & Visitors Bureau*; e
- Existência de um polo de produção/negócios significativo – mineração e metalurgia – que movimenta a economia local e gera fluxo turístico receptivo.

Entre os fatores que limitam a evolução do indicador, estão:

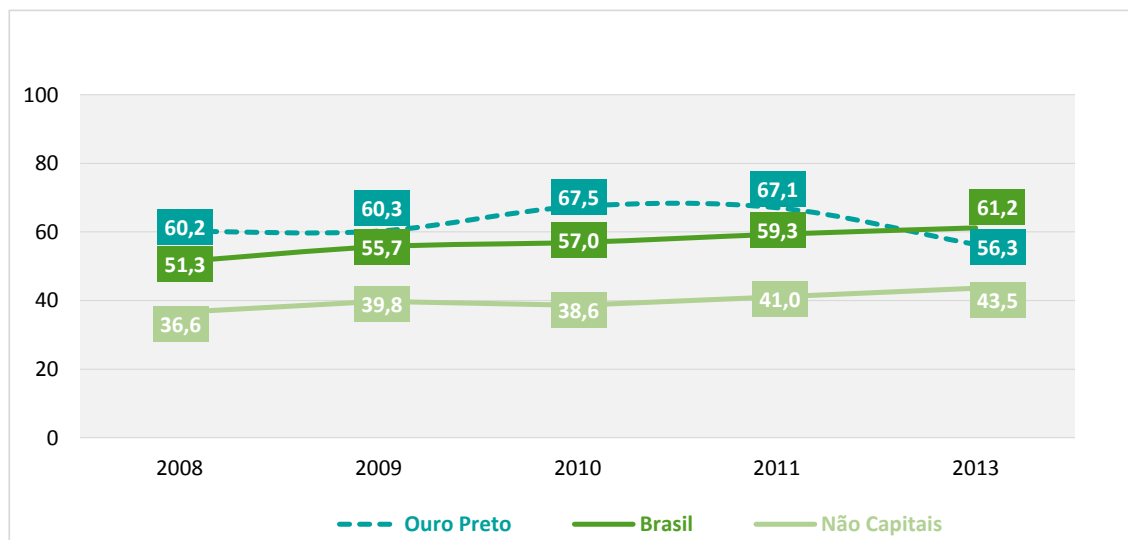
- Ausência de políticas locais ou regionais de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; e
- Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo.

## 2.11. Capacidade empresarial

O *Estudo de Competitividade* considerou os seguintes quesitos referentes à *Capacidade empresarial*: (i) capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local; (ii) presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; (iii) concorrência e barreiras de entrada; e (iv) presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias.

Em *Capacidade empresarial*, a média Brasil em 2013 foi de 61,2. O destino registrou 56,3 nessa dimensão em 2013 (nível 3), índice abaixo do obtido pelo destino em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 12. Índices Capacidade empresarial – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 43,5 (nível 3), acima do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de instituições de ensino com programas regulares de formação técnica, superior, cursos livres e de escolas de formação em idioma estrangeiro;
- Pessoal local qualificado para trabalhar em cargos operacionais em meios de hospedagem, de acordo com a opinião dos entrevistados;
- Presença de redes nacionais do setor de turismo no segmento de locação de automóveis;
- Existência de adensamentos de empreendimentos turísticos que fomentam o empreendedorismo local; e
- Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias com mais de mil funcionários.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Carência de pessoal local qualificado para trabalhar em cargos administrativos e gerencias na hotelaria;

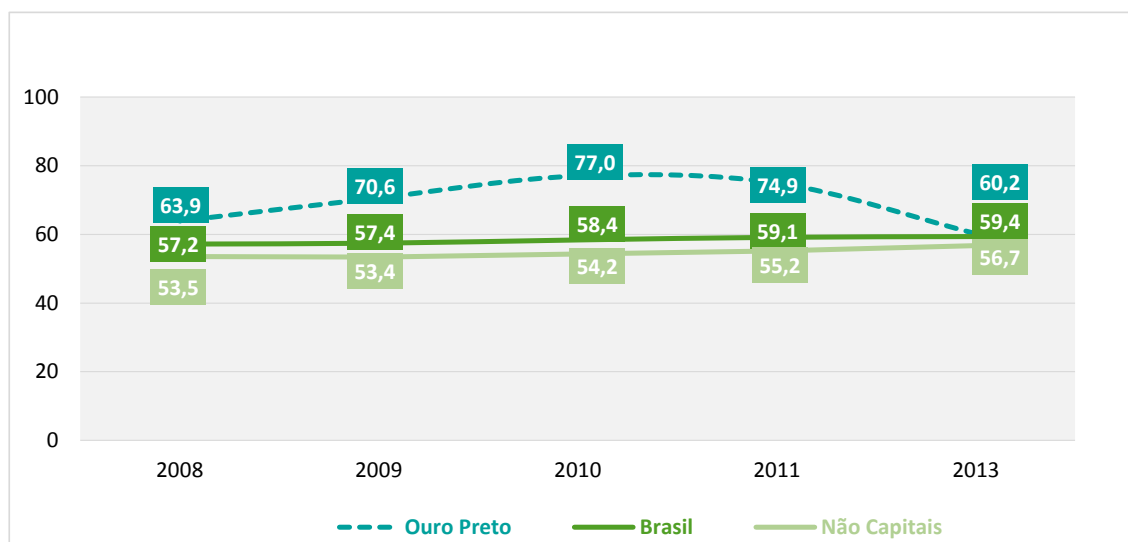
- Ausência de grupos nacionais ou internacionais do setor de turismo, como empresas do segmento de hospedagem;
- Inexistência arranjos produtivos locais – APLs que poderiam fomentar o empreendedorismo local;
- Presença de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos, sinalizadas pelos entrevistados - entre elas falta de terrenos ou espaço físico, alto custo dos imóveis, falta de pessoal local qualificado e dificuldades para obtenção de licenciamento ambiental e autorização juntos aos órgãos de patrimônio; e
- Inexistência empresas que exportam mercadorias de alto valor agregado ou perecíveis.

## 2.12. Aspectos sociais

O *Estudo de Competitividade* considerou as seguintes variáveis referentes aos *Aspectos sociais*: (i) acesso à educação; (ii) empregos gerados pelo turismo; (iii) política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; (iv) uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e (v) cidadania, sensibilização e participação na atividade turística.

Em *Aspectos sociais*, a média Brasil em 2013 foi de 59,4. O destino registrou 60,2 (nível 3) nessa dimensão em 2013, índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 13. Índices Aspectos sociais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 56,7 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

Indicadores sociais do município, como percentual de habitantes com acesso ao ensino, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), foram alguns dos dados considerados na composição do índice da dimensão *Aspectos Sociais*.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Investimentos em educação acima do percentual obrigatório de 25%;
- Existência de programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local, ações contínuas realizadas por órgãos municipais;
- A população costuma ser consultada sobre atividades ou projetos turísticos por meio de audiências públicas; e
- Envolvimento da comunidade local com a atividade turística por meio de associações de moradores, ONGs e Agência de Desenvolvimento.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, estão:

- Utilização de mão de obra informal durante a alta temporada, segundo relatos obtidos em campo;

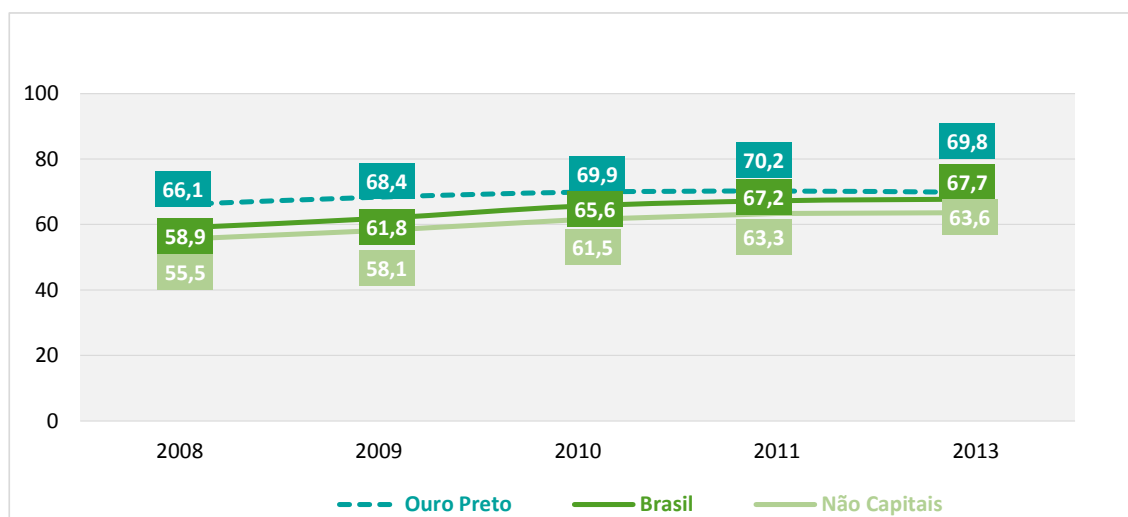
- Inexistência de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo;
- Falta de sensibilização dos cidadãos sobre os impactos da atividade turística para o destino, tanto positivos quanto negativos; e
- Carência de programas de sensibilização do turista para o respeito à comunidade local, à cultura e ao patrimônio.

### 2.13. Aspectos ambientais

Para avaliar a dimensão *Aspectos ambientais* foram considerados os seguintes aspectos: (i) estrutura e legislação municipal de meio ambiente; (ii) atividades em curso potencialmente poluidoras; (iii) rede pública de distribuição de água; (iv) rede pública de coleta e tratamento de esgoto; (v) coleta e destinação pública de resíduos; e (vi) unidades de conservação no território municipal.

Em *Aspectos ambientais*, a média Brasil em 2013 foi de 67,7. O destino registrou 69,8 nessa dimensão em 2013 (nível 4), índice estável em relação ao obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 14. Índices Aspectos ambientais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 63,6 (nível 4), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Presença de um órgão municipal com atribuição de coordenar ou incentivar a preservação do meio ambiente – Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- Ampla rede pública de distribuição de água e política de monitoramento da qualidade da água que determine suas condições de potabilidade;
- Realização de campanhas educativas periódicas para o uso racional da água;
- Disponibilidade de sistema público de coleta de esgoto com configuração de separador absoluto;
- Disponibilidade de serviços de coleta seletiva residencial; e
- Presença de Unidades de Conservação com atividade turística em território municipal – Parque Estadual do Itacolomi -, com conselho gestor e na qual se aplica de plano de manejo.

Entre os fatores limitantes para a evolução do indicador, figuram:

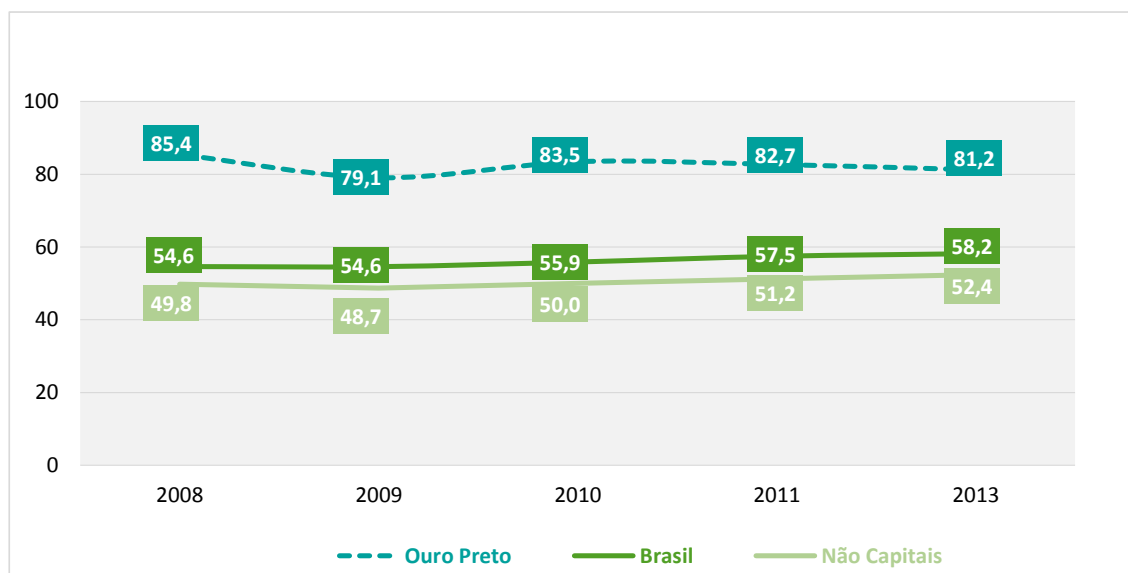
- Ausência de fórum ou conselho municipal do meio ambiente atuante;
- Inexistência de Código Ambiental Municipal;
- Presença de atividades potencialmente poluidoras, com alvará de funcionamento ou de localização no território municipal, como mineração e siderurgia;
- Ausência de estação de tratamento de água para a sua reutilização;
- Inexistência de Estação de Tratamento de Esgoto - ETE; e
- Destinação de resíduos sólidos residenciais e comerciais para um aterro controlado sem estrutura adequada para tratamento.

## 2.14. Aspectos culturais

Nesta dimensão foram considerados os seguintes quesitos: (i) produção cultural associada ao turismo; (ii) patrimônio histórico e cultural; e (iii) estrutura municipal para apoio à cultura.

Em *Aspectos culturais*, a média Brasil em 2013 foi de 58,2. O destino registrou 81,2 nessa dimensão em 2013 (nível 5), um índice abaixo do obtido em 2011, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 15. Índices Aspectos culturais – destino x Brasil: 2008-2013**



A média das não capitais avaliadas foi de 52,4 (nível 3), abaixo do resultado do destino nesta dimensão.

O indicador foi influenciado de forma positiva nesta dimensão por diversos fatores, entre os quais:

- Produção artesanal típica em prata e pedra sabão, reconhecida em esfera nacional e internacional e existência de culinária típica pela qual o destino é reconhecido em esfera nacional - culinária mineira;
- Presença de tradições culturais evidentes e típicas do seu território e da região onde está inserido, entre elas as cavalhadas, blocos de carnaval e festas estudantis.
- Presença de manifestações religiosas – novenas, tapetes e procissões durante a Semana Santa e Corpus Christi;
- Existência de comunidade tradicional no território municipal – Lavras Novas e Santo Antônio do Salto;

- Presença de grupos artísticos de manifestação popular tradicional, como os grupos de congado, blocos de carnaval, bandas e orquestras de música, além dos corais;
- Existência de patrimônio imaterial registrado que se constitui em atrativo turístico, para os quais aplica-se política de preservação de bens culturais imateriais pelo IPHAN – toque dos sinos das igrejas;
- Existência de patrimônios artísticos tombados considerados atrativos turísticos, tais como as obras raras da biblioteca da UFOP e o acervo dos museus e igrejas, e presença de sítio arqueológico tombado ou registrado – Morro da Queimada;
- Existência de bens tombados como patrimônio histórico – Centro Histórico de Ouro Preto, também reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO;
- Presença de órgão da administração local com atribuição de incentivar o desenvolvimento da cultura – Secretaria de Cultura e Patrimônio;
- O destino aplica política municipal de cultura que, entre outros benefícios, ajuda a manter um calendário de manifestações culturais; e
- Existência de projeto para implementação de turismo cultural – desenvolvimento de um aplicativo para *smartphones*.

Entre os fatores limitantes à expansão do indicador, estão:

- Ausência de legislação municipal de cultura que promova incentivos às práticas culturais por meio de financiamento público ou deduções de impostos;
- Não monitoramento da utilização turística do patrimônio cultural por meio da aplicação de plano de capacidade de suporte ou carga; e
- O destino não aplica programa de incentivo à utilização de pessoal/profissional local na manutenção e/ou gestão dos bens culturais.



### 3. BALANÇO GERAL – ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE

A Tabela 1 apresentada a seguir, consolida os resultados gerais do destino nas dimensões avaliadas. O índice geral é o resultado da soma ponderada das 13 dimensões, analisadas segundo a sua importância para a competitividade do turismo. É possível verificar ainda os índices do Brasil e do grupo das não capitais, registrados nas últimas três edições do Índice de Competitividade.

Ao realizar uma análise sobre a série histórica dos resultados de Ouro Preto, é possível concluir que, em 2013, houve regressão do indicador de competitividade do destino (Índice geral) em comparação com o ano anterior da pesquisa<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Como explicado anteriormente, para que o município possa comparar os resultados, é importante observar que se considerou, como estabilidade do índice, um aumento ou queda de até 1,0 ponto na comparação dos indicadores entre anos seguidos. Isto é, para que o destino considere que o índice evoluiu ou regrediu, é preciso que a diferença entre os resultados das pesquisas seja superior a 1,0 ponto, para mais ou para menos.

**Tabela 1. Índices de competitividade do destino e médias Brasil e não capitais.**

Dimensões	Brasil			Não Capitais			Ouro Preto		
	2010	2011	2013	2010	2011	2013	2010	2011	2013
Índice geral	56,0	57,5	58,8	50,3	51,8	53,1	67,2	65,5	64,3
Infraestrutura geral	65,8	68,4	68,6	59,8	63,2	63,8	60,5	64,5	68,9
Acesso	60,5	61,8	62,6	52,3	53,1	53,8	61,7	62,6	62,3
Serviços e equipamentos turísticos	50,8	52,0	56,8	41,9	43,4	48,1	47,8	49,7	52,7
Atrativos turísticos	60,5	62,0	63,2	61,3	62,5	63,4	76,0	74,6	74,7
Marketing e promoção do destino	42,7	45,6	46,8	39,8	42,5	44,4	71,0	53,0	48,2
Políticas públicas	55,2	56,1	57,6	50,7	52,4	54,4	65,4	58,9	58,7
Cooperação regional	51,1	49,9	44,6	53,1	51,4	44,9	77,6	59,8	63,2
Monitoramento	35,3	36,7	37,4	30,0	31,2	31,9	64,3	76,4	69,5
Economia local	59,5	60,8	63,6	51,5	53,7	55,2	62,1	65,3	75,0
Capacidade empresarial	57,0	59,3	61,2	38,6	41,0	43,5	67,5	67,1	56,3
Aspectos sociais	58,4	59,1	59,4	54,2	55,2	56,7	77,0	74,9	60,2
Aspectos ambientais	65,6	67,2	67,7	61,5	63,3	63,6	69,9	70,2	69,8
Aspectos culturais	55,9	57,5	58,2	50,0	51,2	52,4	83,5	82,7	81,2

Fonte: FGV, SEBRAE, MTur, 2013

\* O resultado Brasil considera a amostra das 65 cidades analisadas. Os resultados das "Não capitais" refletem a média dos índices do grupo de cidades de mesma característica geopolítica.